

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA -
FACE**

ANA PAULA CAMPOS DA SILVA METTIFOGO

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS: UMA
ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2018**

**DOURADOS/MS
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA -
FACE**

ANA PAULA CAMPOS DA SILVA METTIFOGO

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS: UMA
ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2018**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador:

Prof. Dr. Alexandre de Souza Corrêa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Enrique Duarte Romero

Prof.^a Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M595e Mettifogo, Ana Paula Campos Da Silva
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS: : UMA
ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2018 [recurso eletrônico] /
Ana Paula Campos Da Silva Mettifogo. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alexandre de Souza Correa.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Agronegócio. 2. Crédito Rural. 3. Setor Agrícola. I. Correa, Alexandre De Souza. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS: UMA
ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2018**

ANA PAULA CAMPOS DA SILVA METTIFOGO

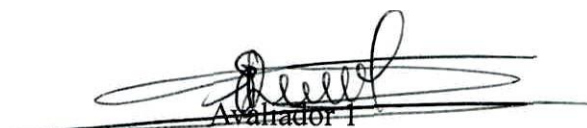
Esta monografia foi defendida dia 28/11/2019 e julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia — FACE da Universidade Federal da Grande Dourados — UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:



Presidente

Alexandre de Souza Corrêa



Avaliador 1

Enrique Duarte Romero



Avaliador 2

Roselaine Bonfim de Almeida

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar saúde e forças para enfrentar todas as dificuldades, não somente no período da minha graduação, mas também ao longo da minha vida.

A minha querida e amada filha Eloisa que é minha maior inspiração e motivação para sempre seguir em frente e sempre buscar ser o melhor exemplo.

Ao meu querido esposo Enrico, por seu apoio, paciência, conselhos e amor incondicional.

Aos meus pais Cilene e Nivaldo e aos meus irmãos Taina e Paulo pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para minhas realizações.

Aos meus sogros, em especial minha sogra Rita e minha cunhada Bianca por todo tempo dedicado a me apoiarem e me motivarem a continuar e pela amizade e atenção dedicadas sempre que precisei.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre de Souza Corrêa, por aceitar conduzir meu trabalho e por todo apoio, paciência, conselhos ao longo da elaboração do projeto final.

Gostaria de deixar meu profundo agradecimento ao Prof. Dr. Enrique Duarte Romero que tanto me incentivou durante os anos de graduação e elaboração do meu trabalho.

Aos professores da universidade que de alguma forma contribuíram para meu crescimento e desenvolvimento no decorrer da elaboração do trabalho.

Deixo um agradecimento especial a Ariane Morales Moreti por toda motivação, atenção e dedicação, e por estar sempre pronta e disposta a ajudar a solucionar os problemas que surgiram no decorrer da graduação.

Meus agradecimentos aos amigos, companheiros de trabalho que fizeram parte da minha formação e que continuarão presentes em minha vida com certeza.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da minha pesquisa.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo fazer uma análise da Evolução do Crédito Rural do setor agrícola no município de Dourados – Mato Grosso do Sul no período de 2013 a 2018. Para realização desta pesquisa usou-se a base de dados do Banco Central do Brasil, coletando dados de valores ano a ano de acordo com as finalidades de crédito (custeio, investimento e comercialização). A técnica de análise utilizada foi a descritiva. Constatou-se que o período que compreende 2013 a 2018 o volume de crédito disponibilizado apresentou crescimento, e no período de 2017 em diante o município de Dourados apresentou crescimento elevado na modalidade de Investimento. As finalidades mais utilizadas são custeio e Investimento, a comercialização é a modalidade menos expressiva.

Palavras-chave: Crédito Rural; Agronegócio; Setor Agrícola.

ABSTRACT

This study aimed to make an analysis of the Rural Credit Evolution of the agricultural sector in the municipality of Dourados - Mato Grosso do Sul from 2013 to 2018. For this research we used the database of the Central Bank of Brazil, collecting year-on-year figures according to credit purposes (costing, investment and trading). The analysis technique used was descriptive. It was found that the period from 2013 to 2018 the volume of credit available showed growth, and from 2017 onwards the municipality of Dourados showed high growth in the mode of Investment. The most used purposes are costing and investment, commercialization is the least expressive modality.

Keywords: Rural Credit; Agribusiness; Agricultural Sector.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Custeio – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018) 21
- Figura 2** - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Investimento – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018) 23
- Figura 3** - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Comercialização – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018) 25
- Figura 4** - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola Total – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018) 26
- Figura 5** - Crédito Agrícola por Categoria – Dourados, em R\$ (2013-2018) 27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crédito Rural no Brasil: Finalidades, Recursos e Beneficiários	15
Tabela 2 - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Custeio – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)	20
Tabela 3 - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Investimento – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)	22
Tabela 4 - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Comercialização – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)	24
Tabela 5 - Produção Agrícola Municipal de Dourados (principais produtos) – em Toneladas (2013-2018)	24
Tabela 6 - Evolução do Crédito Rural Agrícola Total – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	10
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL	14
2.2 TIPOS DE CRÉDITO RURAL	17
2.2.1 Custeio	17
2.2.2 Investimento	18
2.2.3 Comercialização	18
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 ÁREA DE ESTUDO	19
3.2 TIPO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS	19
4 RESULTADOS DA ANÁLISE	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social de um país, estado ou município depende de vários fatores, como nível de renda, alta taxa de escolaridade, baixa taxa de pobreza, etc. No entanto, um dos elementos que caracteriza e contribui para esse desenvolvimento, em especial no fornecimento de alimentos, é o crédito rural, que deve ser utilizado para estimular os investimentos dos produtores rurais, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população bem como a adequação da utilização dos recursos naturais.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BACEN, 2018), o crédito rural é um financiamento destinado para produtores rurais e cooperativas ou associações de produtores rurais, tendo como objetivo estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários. Para fazer uso do crédito, o tomador deve ser uma pessoa idônea e apresentar projeto, plano ou orçamento que justifique a solicitação do valor pretendido.

No Brasil, o crédito rural é fundamental para o desenvolvimento da agropecuária e para o crescimento da economia do país, sendo regido por normas que fiscalizam suas fontes de recursos e sua aplicação. Desta forma, o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão superior do Sistema Financeiro Nacional (SFN), tem significativa importância em relação às políticas de crédito rural para o país.

Historicamente, o crédito rural no Brasil iniciou-se a partir da criação da primeira Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) em 1937 pelo Banco do Brasil S. A. com o objetivo de fornecer crédito diferenciado aos setores primários, adequando taxas e prazos de acordo com cada atividade. Contudo, somente em 1965, com o artigo 7º da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) tornou-se o principal instrumento da política agrícola brasileira de apoio ao setor (BACEN, 2018).

Após a criação do SNCR, foram estabelecidas normas jurídicas para formalizar empréstimos de recursos que eram alocados por setores de produção, tais como produtos primários que engloba as atividades relacionadas a agropecuária, extração vegetal, mineral e animal. De acordo com Arbage (2012), até a década de 1970 o crédito rural era considerado o único eficaz, passando a ser visto como a própria política agrícola do Brasil. Já nos anos de 1980, a crise da dívida externa no país, incapacitou o governo de continuar como principal supridor de recursos de crédito rural.

Para Oliveira (1995), o principal aspecto desta crise foi evidenciado pela dívida pública federal, que representava 19,5% dos haveres financeiros totais em 1980. Em 1987 esse valor alcançou a marca de 54,2%, obrigando as autoridades monetárias a restringir seus gastos.

Na década de 1990, o apoio ao setor foi reduzido e diante do esgotamento das fontes oficiais de crédito, foram criadas algumas modalidades alternativas de crédito, visando aumentar a participação de agentes privados no financiamento de atividades do setor agrícola. Em 1994, foi criada a Cédula Produtor Rural, e títulos de créditos específicos para o agronegócio, além de uma série de programas de investimento com objetivo de melhorar a infraestrutura produtiva dos agricultores e cooperativas (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010).

De acordo com o Manual do Crédito Rural (MCR) com a Cédula Produtor Rural (CPR) a intenção do produtor rural é de levantar recursos para a produção, da qual, parte será entregue em pagamento quando realizar a colheita e parte será o seu ganho. Para isso o banco adquire a CPR e antecipa os recursos ao produtor ou cooperativa, que se compromete a resgatar financeiramente a cédula no seu respectivo vencimento.

Segundo Bacha *et al.* (2006) com a criação de novas linhas de crédito para investimento, nos anos que se seguiram foi possível ter continuidade no processo de estruturação dos programas de investimentos. No entanto, cabe destacar que as mudanças políticas e econômicas internas e externas, tendem a afetar o setor agrícola, uma vez que, com o mercado global e competitivo, o setor de pequenos, médios e grandes produtores necessitam de maiores recursos para atender as exigências do mercado.

Considerando esta abordagem, o trabalho limitou-se a estudar a evolução do crédito rural no estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente no município de Dourados, que é o segundo maior município do estado em termos populacionais e possui importante participação na produção agrícola e pecuária no estado¹. A importância do crédito rural para estimular a atividade agropecuária no município contribui para geração de novos empreendimentos e estruturas produtivas e conseqüentemente com a geração de emprego e renda.

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Para que o setor agrícola possa arcar com gastos de produção e modernização de equipamentos para aumentar sua produtividade e competitividade, o crédito rural se torna uma das principais políticas de apoio, além de poder reduzir os riscos e incertezas que podem afetar

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2018).

a rentabilidade do produtor rural. No entanto, muitos destes produtores, possuem dificuldades para adquirir tal crédito, como pouca informação, falta de conhecimento dos procedimentos, pouca mobilidade do Estado em ampliar o crédito para todos, entre outros (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010). Neste contexto, sabendo da importância da agricultura na economia no estado de Mato Grosso do Sul e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico e social do município de Dourados e de sua dependência de instrumentos que forneçam recursos de capital para exploração das atividades agrícolas, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Qual a evolução do crédito rural agrícola no município de Dourados - MS no período de 2013 a 2018?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo Geral desse estudo consiste em: Analisar a evolução do crédito rural no município de Dourados - Mato Grosso do Sul, no período de 2013 a 2018.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as principais linhas de crédito rural no setor agrícola e sua finalidade;
- Caracterizar o perfil da atividade agrícola no município de Dourados;
- Comparar a evolução do crédito rural agrícola no município de Dourados com Mato Grosso do Sul e Brasil, nos últimos seis anos.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo para o município de Dourados - MS, se deve à importância que o setor agrícola representa para o desenvolvimento do município e de sua região. De acordo com publicação realizada pela APROSOJA/MS (2017), em 2016 Dourados ficou na quarta colocação na produção de grãos no estado, com 588.553 toneladas. Nesse contexto, o crédito rural representa uma ferramenta fundamental tanto para o desenvolvimento e produtividade agrícola, quanto para melhorias e modernização de equipamentos.

O presente trabalho baseia-se em estudos relacionados a temática em outros estados e em Mato Grosso do Sul, como o estudo feito por Fagundes (2016) no estado do Rio Grande do Sul, que analisou a evolução do crédito rural de forma geral e setorial e o estudo de Machado

(2017) que analisou a relação do crédito rural e do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário no estado de Mato Grosso do Sul. Logo, esse trabalho aborda o tema voltando seu foco especificamente para o município de Dourados - MS.

Portanto, compreender o papel das políticas de crédito rural no Brasil e seus efeitos no município de Dourados, se torna fundamental, dado o perfil produtivo agropecuário do município. Nesse sentido, o trabalho propõe contribuir com a caracterização do crédito agrícola em Dourados, este como instrumento para promover o crescimento econômico e possivelmente seu desenvolvimento, com a melhora no bem-estar social da população.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em 5 seções. A primeira destina-se à introdução, que aborda a importância do crédito, a correlação com o desenvolvimento e alguns dados referentes à produção no Brasil e no estado a ser analisado, bem como seus objetivos e justificativa. Na segunda seção é feita uma revisão de literatura, onde se apresenta a base teórica para justificar a presente pesquisa, assim como trabalhos similares publicados, abrangendo os 3 tipos de crédito rurais. A terceira seção trata da metodologia, na qual mostra-se a área de estudo e os métodos a serem utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, na quarta seção, é apresentado os resultados através da interpretação e análise de gráficos e tabelas. Por fim, a quinta seção destina-se às considerações finais da pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL

O crédito rural agrícola é fundamental para dar suporte ao desenvolvimento do setor agropecuário, que é uma das principais bases da economia brasileira e depende de financiamentos para produção, expansão e comercialização de seus produtos.

Os primeiros registros de crédito rural no Brasil foram no ano de 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), que contava com recursos vindos da agropecuária e eram, em sua maior parte, destinados a outros setores da economia. Sua duração ocorreu entre os anos de 1937 e 1965, entretanto os recursos não foram o bastante para alavancar o setor agrícola (BACHA et al., 2006).

Com o objetivo de promover condições adequadas para o produtor rural e elevar a produtividade agrícola, no ano de 1965, conforme o artigo 7º da Lei nº 4.829, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Após um período de grande sucesso do crédito rural em 1970, houve uma grande recessão devido à crise financeira que afetou o país na década seguinte. De acordo com Bacha *et al.* (2006), o volume de crédito só voltou a aumentar a partir de 1997, após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cuja intenção do governo era a de corrigir a tendência em favor de grandes e médios produtores que o crédito rural estava apresentando.

Conforme Ramos e Martha Júnior (2010), ocorreram grandes mudanças no que se refere a fontes de recursos para o setor agrícola. Desde a implementação do Plano Real em 1994, como forma de estabilização monetária, além de que as exigibilidades bancárias obtiveram importância crescente e simultaneamente a participação do governo foi minimizada.

O setor privado tem participação no financiamento das atividades agropecuárias, a criação da Cédula de Produto Rural (CPR) e dos títulos específicos para o agronegócio, constituem em grandes avanços para o setor, portanto, o crédito rural continua sendo um instrumento fundamental para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico do país (RAMOS e MARTHA JUNIOR, 2010).

O crédito rural, ofertado pelo SNCR, é dividido em duas atividades: agrícola e pecuária. A tabela 1 a seguir ilustra de acordo com informações extraídas do Manual do Crédito Rural (MCR, 2018), as principais finalidades do crédito rural em suprimento de recursos financeiros pelas instituições do SNCR.

Tabela 1 - Crédito Rural no Brasil: Finalidades, Recursos e Beneficiários

Finalidades	Recursos Destinados	Beneficiários
Estimular investimentos rurais para produção, armazenamento e industrialização dos produtos agropecuários.	Custeio, que é destinado a cobrir as despesas normais dos ciclos de produção.	Produtor Rural (pessoa física ou jurídica).
Favorecer o custeio da produção e comercialização.	Investimento, destinado a aplicações em bens ou serviços onde o retorno seja estendido por vários períodos de produção.	Cooperativas de produtores rurais.
Fortalecimento do setor rural.	Comercialização, destinado a cobrir despesas posteriores a coleta ou conversão em espécie dos títulos provenientes da venda a prazo da produção.	

Fonte: BACEN/MCR (2018).

Segundo Batalha (2009), dentre os instrumentos de política agrícola, durante muitos anos o crédito rural foi o principal, sendo destinado para compras de insumos ou equipamentos, exclusivamente com intuito de modernizar a agricultura brasileira e assim estimular a produção nacional. A dependência em relação à natureza, por parte do setor agrícola, faz com que seja imprescindível a existência de políticas agrícolas no agronegócio, onde o crédito rural faz parte, pois a climatologia impõe as decisões a serem tomadas pelos produtores, principalmente decisões relacionadas a investimentos que precisam ser feitos.

Além desses aspectos, existe a sazonalidade enfrentada pelo setor, os ciclos biológicos das plantas, ocorrências de doenças e pragas além da rápida perecibilidade dos produtos agrícolas. Mesmo que o setor tenha forte sazonalidade e dependa de condições do clima, os avanços tecnológicos e o intenso uso de capital na atividade agrícola permitem reduzir esses efeitos, como por exemplo, desenvolvendo novas espécies de plantas e animais adaptados a um ambiente modificado, além de técnicas de irrigação, estufas e iluminação artificial (BATALHA, 2009).

Em estudo realizado por Guimarães (2014), o estímulo da produção agrícola por meio do crédito rural é fundamental para desenvolver o setor do agronegócio, além de possibilitar a redução da pobreza nas regiões rurais, e/ou aumentar o produto agregado do país. No Brasil, isso ocorre através da divisão de vertentes da linha de crédito, sendo elas as de custeio, investimento e comercialização, conforme as normas e condições estabelecidas pelo Banco Central (BACEN) através do MCR.

Guimarães (2014), ainda conclui que o benefício do crédito rural é fundamentado teoricamente, através da possibilidade de crescimento tecnológico e da compra de insumos e

equipamentos. Logo, é possível uma melhoria na qualidade de vida, especialmente para produtores de pequeno porte, servindo de incentivo para os governos investirem nesse tipo de pesquisa.

Mello (2016) em sua pesquisa, concluiu que o volume financeiro de crédito para custeio e investimento são significativos para a produtividade financeira nos municípios do país, devido a produtividade na economia ser entendida como a relação entre produto agregado e os insumos que são utilizados na produção e, além disso, a dinâmica do crédito vem se espalhando ao longo do tempo.

Fagundes (2016), buscando compreender a política agrícola e sua importância, concluiu que a existência dessas políticas voltadas para o setor agrícola é essencial para o seu desenvolvimento, visto que o agronegócio tem suas particularidades que precisam ser atendidas de forma diferente, e o crédito rural ainda auxilia o produtor quando há a necessidade de recursos financeiros para manter ou impulsionar seus negócios. Também analisou as linhas de crédito rural por setor e finalidade, e entendeu-se que o setor agrícola tem maior disponibilidade de crédito, devido ser um setor que demanda muito capital, sendo o custeio a linha que tem maior disponibilidade de crédito.

Por fim, Fagundes (2016) comparou a evolução do crédito rural pecuário e agrícola no estado do Rio Grande do Sul e percebeu que nos dois setores, houve crescimento em relação ao volume de crédito no período de 2006 a 2014, e houve queda no período recente em conjunto com a economia do país, sendo esse resultado o fruto da retração econômica que se estendeu no período até 2016.

No estado do Mato Grosso do Sul, Machado (2017) fez uma análise entre o crédito rural e o PIB agropecuário com tendência de evolução conjunta e positiva com o PIB, e a partir de sua pesquisa concluiu que o crédito rural é uma ferramenta fundamental para o crescimento do setor agropecuário. No período analisado, observou-se que o custo dos empréstimos aumenta de acordo com as características do mercado de crédito rural e dificulta o investimento direto na economia, podendo afetar pequenos agricultores, dado que a produção agropecuária estaria sendo guiada por expectativas de retorno dos credores.

2.2 TIPOS DE CRÉDITO RURAL

No Brasil, a produção rural de plantio e colheita é grande responsável por incentivar a produtividade no agronegócio, pois tem forte participação no PIB e com tendência de continuar crescendo. Segundo dados do Centro de Estudos em Economia Aplicada (CEPEA, 2019), em 2018 o agronegócio participa com 23% a 24% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Em Mato Grosso do Sul, o agronegócio corresponde a cerca de 30,00% do PIB do estado, sendo considerado o motor do crescimento da economia sul mato-grossense. Atualmente o estado de MS é o 5º maior produtor de grãos do país e participou com 2,4% do PIB de 2018 (IBGE, 2018).

Portanto, a política de crédito rural é fundamental para a produção agropecuária brasileira e para o contínuo crescimento do agronegócio, e se dissemina na economia agrícola de três principais formas: i) crédito de custeio; ii) investimento; e iii) comercialização.

A atividade rural depende de diversos investimentos financeiros que são necessários, como a compra de insumos, manutenção de equipamentos, correção de solo, funcionários e demais despesas relacionadas à lavoura e cultivo. Como o retorno dos ciclos produtivos não é imediato, os produtores apostam no crédito rural para garantir que suas atividades de rotina sejam custeadas, e que possam comercializar seus produtos e também investir na expansão e crescimento dos negócios da produção rural.

Para isso, existem três modalidades de crédito rural classificadas pelo Banco Central do Brasil que o produtor pode pleitear, cujos recursos são destinados ao Custeio, Investimento e Comercialização. Regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) e as normas devem ser seguidas pelos agentes que compõem o (SNCR).

2.2.1 Custeio

Segundo o Manual do Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil, o custeio é classificado considerando o item a ser financiado (Agrícola ou Pecuária) e também a qual finalidade se destina (custeio, investimento ou comercialização). O custeio possui como finalidade cobrir as despesas do ciclo produtivo da lavoura, da entressafra de lavouras permanentes e das despesas de exploração da pecuária. Os beneficiários são os produtores rurais e suas cooperativas, tendo em vista que o montante de crédito de custeio ocorre de forma sazonal em cada safra (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

2.2.2 Investimento

O crédito rural de investimento é voltado para o crescimento e aumento da produção e competitividade do produtor, cujo o valor é destinado para investimentos fixos e semifixos. Os fixos seriam as reformas e benfeitorias nas instalações, aquisição de maquinários e equipamentos de longa duração, obras de irrigação, formação das lavouras, correção de solo, etc. Os semifixos seriam as aquisições de animais, equipamentos de duração menor (inferior a 5 anos) aquisição de colheitadeiras, tratores e medições de lavoura (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

2.2.3 Comercialização

O crédito para comercialização, tem por objetivo garantir ao produtor e suas cooperativas recursos e condições de forma satisfatória à comercialização dos seus produtos no mercado. Ele é formado pelo crédito de pré-comercialização; empréstimos à cooperativas para adiantamento aos cooperados; Empréstimos do Governo Federal (EGF); Linha Especial de Crédito (LEC) ao amparo de recursos obrigatórios; linhas de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e o financiamento de proteção de preços ou prêmios de risco de equalização de preços (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, MCR).

Para a solicitação das três modalidades de crédito rural citadas, é necessário a formalização através de projetos e orçamentos bem elaborados. Além disso, a aquisição do crédito rural contempla a oferta de garantias por parte do produtor, que são definidas junto à instituição fornecedora. Essas garantias variam entre alienação fiduciária, penhor agrícola, hipotecas e seguros, dependendo da instituição, e também tem de estar em conformidade com as regras do Conselho Monetário Nacional. O crédito pode ser solicitado junto as instituições financeiras, como bancos e cooperativas de créditos normalizadas pelo SNCR.

A partir dos conceitos compreendidos neste item, este trabalho analisou o comportamento do crédito rural no município de Dourados, considerando as três modalidades: Custeio, Investimento e Comercialização. Com base neste diagnóstico, foi possível relacionar a dinâmica do crédito rural com os aspectos teóricos que envolvem a importância do fortalecimento de estruturas produtivas do setor agropecuário para o crescimento e desenvolvimento econômico de Dourados.

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é o município de Dourados, que fica localizado na região centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente Dourados tem um território que abrange uma área de 4.086,2 km². Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população estimada para o ano de 2017 no município de Dourados é de 218.069 mil habitantes, dos quais aproximadamente 15,49% vivem na área rural. Possui 7.337 mil agricultores familiares, 2.083 mil famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e oito terras indígenas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,760, considerado, no entanto, de médio desenvolvido.

3.2 TIPO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Esse estudo será de caráter descritivo, pois buscará descrever sobre a evolução do crédito rural no município de Dourados, analisando de forma geral e específica o setor agrícola. De acordo com Gil (2010), os estudos descritivos objetivam descrever, analisar e interpretar a população-alvo, buscando identificar relações entre as variáveis.

Os dados foram coletados de fontes secundárias, de instituições com base de dados disponíveis em seus sítios. Entre as principais fontes, estão o Banco Central do Brasil (BACEN), que disponibiliza dados sobre o crédito rural nos municípios brasileiros. O BACEN tem disponível somente dados dos anos de 2013 a 2018, devido a isso, nesse estudo serão analisados apenas os últimos seis anos. Também foram coletadas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Produção Agrícola Municipal (PAM) para descrever o perfil da atividade agrícola do município de Dourados.

Após a coleta das informações, os dados obtidos foram analisados e interpretados por critério de categorização semântica, onde os temas que foram associados aos objetivos específicos desse estudo serão agrupados em categorias.

4 RESULTADOS DA ANÁLISE

Na sequência serão apresentados e discutidos, através da estatística descritiva, os resultados referentes à análise da evolução do crédito rural agrícola na região de Dourados- MS no período de 2013 a 2018, demonstrando através dos gráficos o volume, números e percentuais de contratos do período estudado e suas finalidades: custeio, investimento e comercialização.

A Tabela 2 apresenta a soma dos valores totais de contratos agrícolas que foram disponibilizados aos tomadores/produtores no Brasil, no Mato Grosso do Sul (MS) e em Dourados na modalidade de Custeio. Em 2018, o estado de Mato Grosso do Sul representou 3,60% e Dourados 0,30% do valor total de todo crédito adquirido no Brasil.

Tabela 2 - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Custeio – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
2013	73.658.792.046,67	2.370.910.705,29	176.992.880,85
2014	87.172.800.820,96	2.849.913.824,98	211.093.471,00
2015	90.691.854.189,86	3.012.169.890,14	207.430.825,74
2016	93.480.872.203,17	3.480.026.189,81	230.227.743,07
2017	95.424.021.702,11	3.771.301.680,42	266.896.582,93
2018	97.971.031.314,40	4.156.844.805,92	299.555.905,65

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora

No Brasil, o maior aumento na aquisição de crédito de custeio foi do ano de 2013 para 2014, em que aumentou cerca de 18,35%, sendo que nos demais anos continuou crescente, porém em menor proporção. O crescimento geral do ano de 2013 para 2018 foi de 33,01%. No Mato Grosso do Sul os valores subiram gradativamente, de 2013 até 2018 o aumento geral no período foi 75,33% a mais do crédito adquirido para essa modalidade. Em Dourados observou-se que teve um aumento de 19,27% do ano de 2013 para 2014 e logo no ano seguinte houve uma diminuição na contratação do crédito para a modalidade, em torno de (-1,74%.)

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2015), para os anos de 2015/2016 foi anunciado no Plano Agrícola e Pecuário - PAP (Plano Safra) um aumento de 20,00% na disponibilidade do valor de crédito para o produtor rural, também ocorreu um aumento na taxa de juros de aquisição de crédito rural passando da taxa média anual de 6,50% do ano anterior para uma taxa média anual de 8,50% para os empréstimos rurais. Essa taxa podia variar dependendo do porte do produtor (pequeno, médio ou grande). Essa medida

se fez necessária devido à implantação do ajuste fiscal que ocorreu em 2015 como uma forma do país voltar a obter melhores resultados de crescimento econômico.

De acordo com Ochner Filho (2017) em seu estudo, a partir do ano de 2015, devido à crise de liquidez e a oscilação nos mercados, as políticas de créditos foram fortemente comprometidas como um todo, afetando os agentes econômicos em especial os voltados à agricultura. Mesmo assim, o crédito para Custeio que é utilizado para despesas como melhoria no plantio, compra de insumos, defensivos, fertilizantes, sementes, agroquímicos entre outros, aumentou nos últimos anos. Em Dourados os três produtos mais mencionados nos contratos de custeio nesse período foram soja, milho e cana de açúcar.

Na Figura 1 é mostrado em percentuais a evolução do crédito agrícola na modalidade de custeio. É possível observar que no ano de 2015 a diminuição do crédito foi bem significativa em todo Brasil. Em 2016 os valores voltaram a subir, em Dourados o aumento do período de 2015 para 2017 foi de 28,20%.

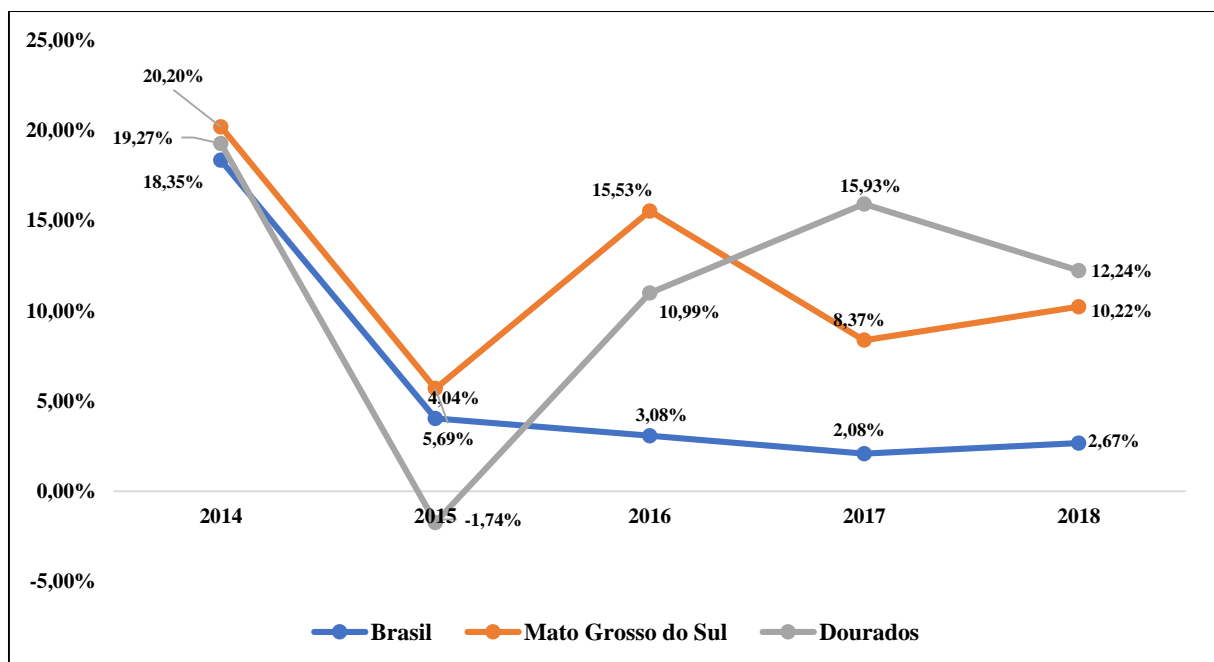


Figura 1 - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Custeio – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018)

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora.

A redução do crédito de 2015 correspondeu com a redução de área plantada, principalmente em Dourados (-6,02%), enquanto Mato Grosso do Sul e Brasil apresentaram

crescimento de área plantada de 4,23% e 0,89%, respectivamente². Percebe-se, no entanto, que a taxa média de crescimento de crédito para custeio no município de Dourados foi maior que as taxas nacionais e estaduais. Entre os anos de 2014 e 2018, Dourados apresentou uma taxa média de 11,34%, enquanto Mato Grosso do Sul 10,92% e Brasil 11,34%.

A Tabela 3 mostra a evolução na modalidade de Investimento, em que o MS representou em 2018 3,00%, e Dourados 0,30% do valor total de contratos adquiridos no período. No período analisado o crédito para essa modalidade teve algumas oscilações, sendo que em 2017 e 2018 houve um aumento relevante no município de Dourados, que passou a representar 0,80% do valor total de crédito para Investimento no Brasil. Nesse mesmo ano os produtos para os quais o maior volume do crédito foi destinado no município estão categorizados como ocultos no sítio do Banco Central do Brasil (BACEN). Já em 2018, a maior parte do crédito adquirido foi para construção e reforma de edificações rurais, terraços, porteiras, mata-burros, currais, cochos, cercas e aquisição de maquinários.

Tabela 3 - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Investimento – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
2013	45.751.530.643,24	1.165.640.617,99	64.346.770,27
2014	52.754.415.449,96	1.192.173.724,53	59.172.446,40
2015	40.113.940.639,67	1.084.808.408,52	59.719.485,45
2016	36.881.867.048,07	1.094.835.043,40	57.731.381,50
2017	36.802.822.470,13	1.314.746.857,43	276.945.145,00
2018	45.594.094.243,56	1.845.976.593,54	366.396.181,05

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora

De acordo com o Plano Agrícola Pecuário – PAP 2017/2018, que foi publicado no início de 2017, houve um aumento de 24,30% em relação a 2016 na disponibilidade de valores destinados a aquisição de crédito para Custeio, Investimento e Comercialização. Além disso, a taxa de juros média definida para esses empréstimos teve uma redução de dois pontos percentuais ao ano. Dessa forma atraiu mais os produtores a adquirirem crédito para Investimento.

² Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2018).

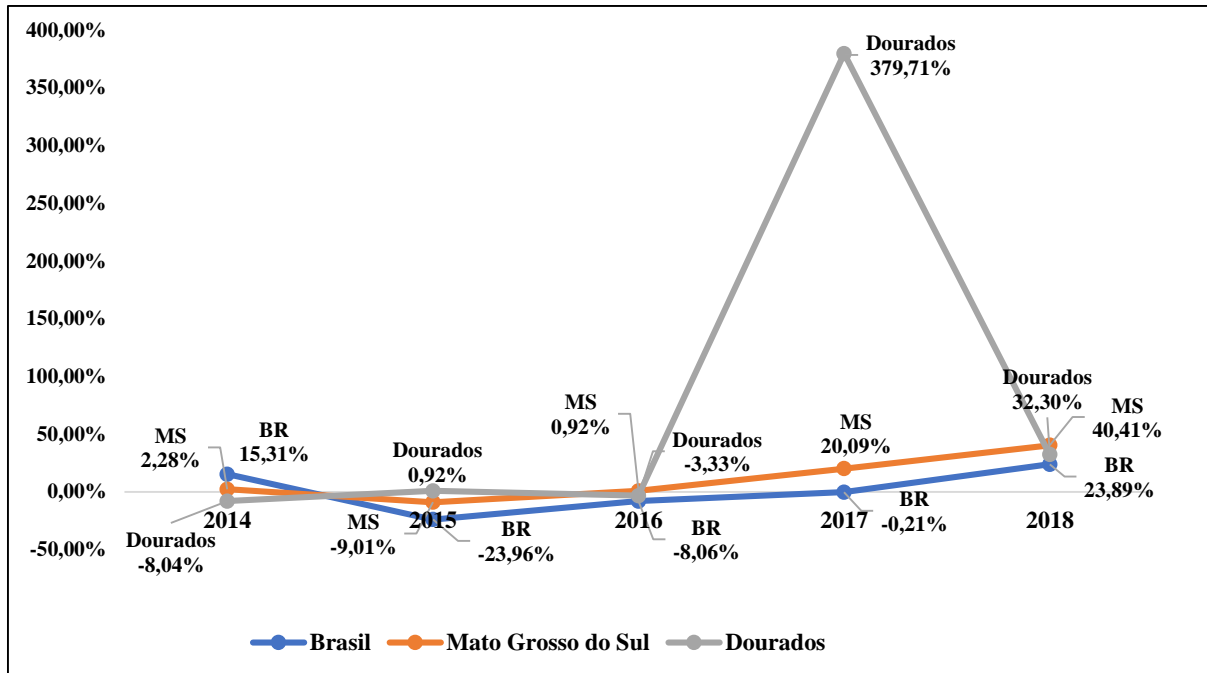


Figura 2 - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Investimento – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018)

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora.

Na Figura 2 observa-se numa análise geral do crédito para investimento, que o pico mais alto ocorreu em 2017 no município de Dourados, representando um aumento de 379,71% comparado ao ano anterior. No MS esse aumento foi de 20,09% e no Brasil houve uma redução de (- 0,21%). Importante destacar que o pico de investimento no município de Dourados em termos monetários foi de R\$57,7 milhões em 2016 para R\$276,9 milhões em 2017, no entanto, as informações das categorias de contratos que foram realizadas no ano de 2017 não foram disponíveis no sítio do BACEN³.

Para a modalidade de crédito para comercialização, pode-se observar na Tabela 4 que os valores tiveram poucas variações no decorrer do período analisado. A participação de Mato Grosso do Sul e de Dourados no âmbito nacional permaneceu estável, pois em 2013 o MS apresentou 2,47% e Dourados 0,21%; enquanto que em 2018 o MS apresentou 2,39% e Dourados 0,20% do valor total adquirido no Brasil.

³Nos dados extraídos da Matriz de Dados do Crédito Rural do BACEN (2018) os contratos que tiveram maiores aquisições na modalidade investimentos, estavam categorizados como ocultos.

Tabela 4 - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Comercialização – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
2013	19.989.530.489,37	492.654.730,68	41.756.641,44
2014	24.474.166.020,70	534.773.189,69	44.363.176,80
2015	23.334.312.463,42	615.781.737,65	50.584.669,56
2016	24.759.142.751,00	406.760.135,78	49.852.146,47
2017	26.647.897.758,93	815.055.290,43	61.341.738,62
2018	29.636.123.943,10	684.991.207,80	60.578.252,34

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora.

O crédito da comercialização é destinado para o produtor investir na distribuição e armazenamento do seu produto. Nos dados coletados, os produtos em destaque para o município de Dourados foram soja, milho e arroz (BACEN, 2019). Pela Tabela 5 é possível verificar a redução da produção dos principais produtos agrícolas de Dourados de 2015 para 2016, esta redução foi de (-71,43%) para o arroz e (-50,92%) para o milho, enquanto a soja crescimento de 15,13%.

Tabela 5 - Produção Agrícola Municipal de Dourados (principais produtos) – em Toneladas (2013-2018)

Produção	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Arroz	10.500	9.750	10.500	3.000	7.200	7.000
Milho	650.047	650.600	733.530	360.000	783.000	562.165
Soja	390.000	432.000	450.000	518.100	575.700	612.000

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2018).

Na Figura 3, observa-se o percentual da evolução do crédito para a finalidade de comercialização, e assim como nas modalidades anteriores, o ano de 2015 também teve diminuição devido as políticas de ajuste fiscal e monetários da época, que acarretaram num aumento dos juros do crédito rural. Esse valor voltou a aumentar no ano de 2017 quando o PAP 2017/2018 foi publicado e anunciou uma redução dos juros e aumento dos valores disponíveis para aquisição de créditos para as modalidades já mencionadas (OCNER FILHO, 2017).

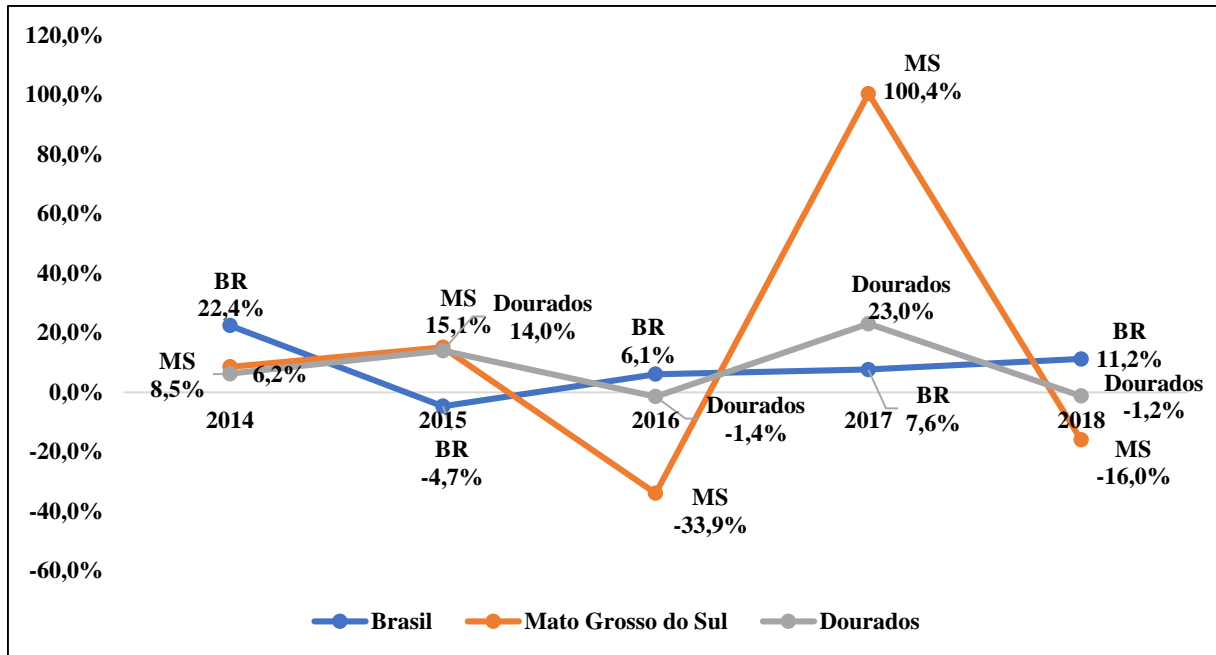


Figura 3 - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Comercialização – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018)

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora.

A Tabela 6 mostra o valor total de crédito rural do setor agrícola no período de seis anos, em que o MS representou em 2018 3,20% e Dourados 0,27% do valor total adquirido no Brasil. Nota-se que no ano de 2015 houve queda nos valores das três modalidades analisadas observando o total do país. Do ano de 2014 para 2015 no Brasil essa redução foi de (- 6,20%).

Tabela 6 - Evolução do Crédito Rural Agrícola Total – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
2013	139.399.853.179,28	4.029.206.053,96	283.096.292,56
2014	164.401.382.291,62	4.576.860.739,20	314.629.094,20
2015	154.140.107.292,95	4.712.760.036,31	317.734.980,75
2016	158.845.404.933,64	5.020.121.368,99	337.811.271,04
2017	164.745.918.555,17	5.943.893.328,28	605.183.466,66
2018	180.502.519.258,51	6.739.854.750,81	726.530.339,04

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora.

Fagundes (2016), em seu estudo sobre a evolução do crédito rural agrícola e pecuário no Rio Grande do Sul entre os anos de 2006 e 2016, concluiu que até o período de 2014 os valores estavam crescentes e que em 2015 e 2016 houve uma diminuição de (-20,85%) dos valores contratados no estado, sendo que esta diminuição ocorreu juntamente com a economia

geral do Brasil devido à retração econômica que afetou o país nessa época, por instabilidades econômicas e políticas.

Em 2017 e 2018 é notável o aumento do crédito total adquirido, devido à redução dos juros e o aumento dos valores disponibilizados para a finalidade de aquisição de crédito rural que ocorreram no período (BACEN, 2019). No Brasil esse aumento foi de 6,88%, no MS 43,02% e em Dourados 128,66% comparado com os valores tomados no período de 2015. Na figura 4 é possível verificar esse o crescimento geral do crédito rural nas três modalidades e observa-se que Dourados teve um aumento bem expressivo.

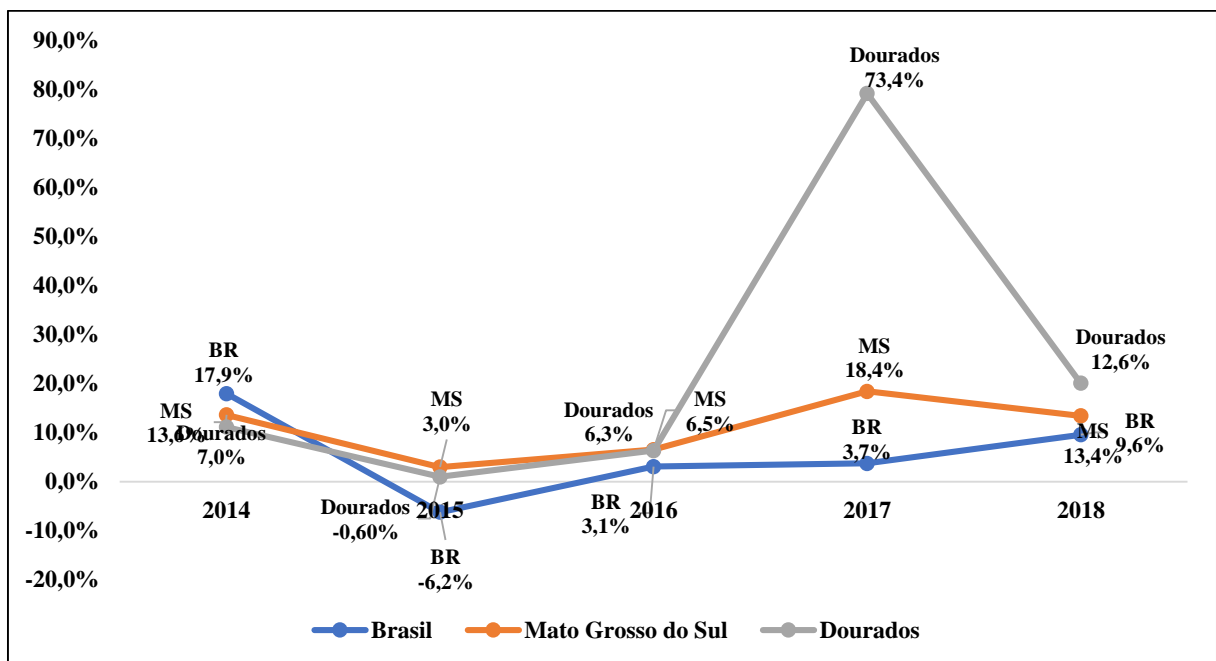


Figura 4 - Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola Total – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados em % (2014-2018)

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora.

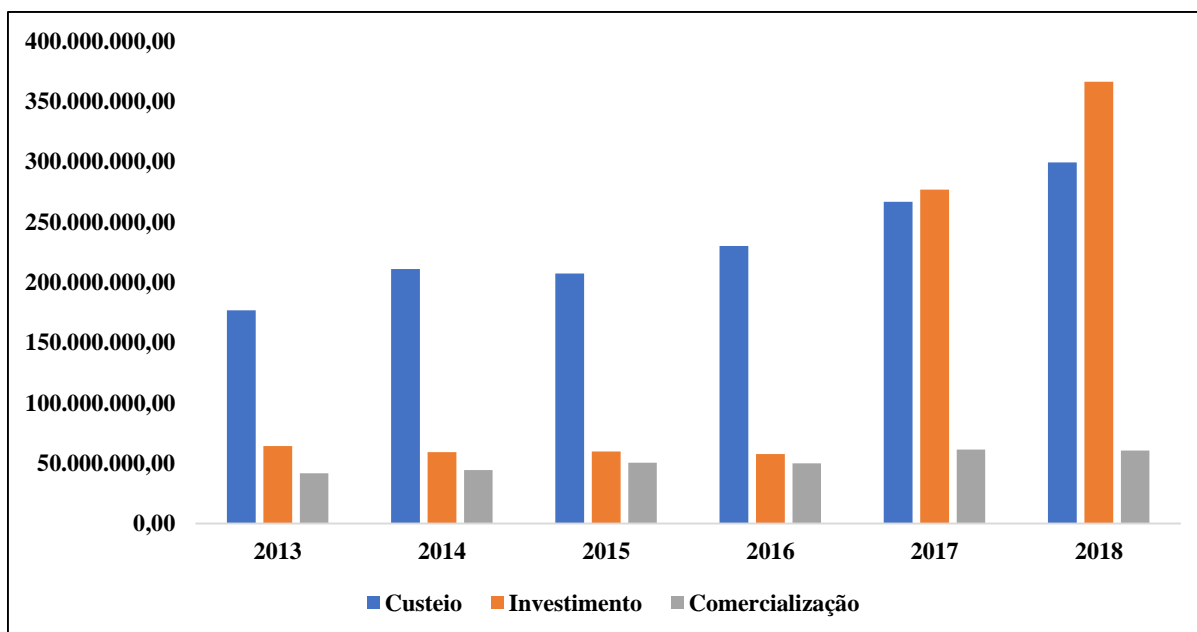


Figura 5 - Crédito Agrícola por Categoria – Dourados, em R\$ (2013-2018)

Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Adaptado pela autora.

Na Figura 5 é ilustrado um comparativo das três modalidades de crédito: Custeio, Investimento e Comercialização utilizados no município de Dourados. No período analisado (2013-2018) do total de valores contratados no município de Dourados, o crédito para Custeio foi o mais utilizado, representando 53,86%, seguido do Investimento que representou 34,21% e Comercialização 11,93%. O crédito para Investimento aumentou significativamente nos últimos dois anos (2017-2018) com taxa média de crescimento de 379,71% de 2016 para o ano de 2017.

Evidencia-se que os créditos para investimentos agrícolas superaram os créditos de custeio a partir do ano de 2017. Tais efeitos podem ser explicados pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP, 2015) que aumentou em 20,00% a disponibilidade de crédito rural para o produtor rural, com a finalidade de direcionar recursos para investimentos considerando a necessidade de melhorar os ganhos de produtividade, competitividade, emprego e renda no setor agropecuário.

No estudo de Guimarães (2014) foi constatado os efeitos do crédito agrícola no Brasil, considerando os programas de financiamento de crédito rural na produtividade. Em sua análise, foi identificada que existe um efeito relevante das linhas de crédito em relação à produtividade, de forma que aumentando 100% o crédito total, haveria uma elevação de 8,84% na produtividade agrícola do Brasil.

Ocner Filho (2017) também cita em seu estudo que para cada aumento dos valores de crédito disponibilizados nos anos analisados, houve aumento na produtividade agrícola e, no

geral, o crédito rural representa cerca de 89,00% da variação da produção de grãos. Além disso, o autor considerou indispensável o crédito rural para o progresso do setor e ressaltou a importância dos financiamentos para o crescimento da economia.

Outro fator a ser considerado frente aos resultados expostos, é a participação do agronegócio no PIB brasileiro nesse período analisado. Apesar do período de retração econômica que ocorreu de 2014 para 2015, enquanto o PIB total sofreu retração de 3,80% no ano de 2015, o agronegócio cresceu 1,80% em relação ao ano anterior. Um resultado bastante significativo comparado aos outros setores da economia que sofreram queda nesse período. Atualmente o PIB do agronegócio mantém crescimento nos segmentos tanto agrícola como pecuário, e em 2018 esse percentual foi de 1,87%, e continua positivo para o ano atual em 0,64%. (IBGE, 2016).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), existem expectativas para o Plano 2019/2020, pois o governo reservou R\$ 225,59 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e liberou mais verbas para subvenção do crédito para os pequenos produtores inserindo-os no Plano Safra para construção ou reforma de suas casas. Os médios produtores também serão beneficiados com aumento de 32,00% nas verbas de custeio e investimento, a taxas compatíveis com o seu negócio.

Dado perfil de produção agrícola e pecuária do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Dourados, é importante observar que a disponibilidade de crédito rural para os agricultores, sejam de pequeno, médio ou grande porte, é essencial para melhorar a produtividade e o crescimento econômico. Tanto investimento, custeio e comercialização se tornam importantes para que o acesso ao crédito viabilize novas perspectivas e novos meios produtivos para o município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a trajetória da política do crédito rural no Brasil, a criação do sistema nacional de crédito em 1965, garantiu que a agricultura brasileira tivesse acesso ao crédito de maneira contínua e institucionalizada. Com base nos dados expostos, foi possível concluir que o crédito rural continua sendo um importante instrumento de estímulo e de fortalecimento da produção agrícola no município de Dourados, além de incentivar o aumento da produção, do emprego e da renda no meio rural, também trará maiores oportunidades de desenvolvimento no agronegócio.

Sendo assim, ao considerar o primeiro objetivo específico do presente trabalho, que foi analisar as principais linhas de crédito rural no setor agrícola e suas finalidades, identificou-se que para arcar com os custos da produção, investir na melhoria ou aquisição de maquinários, além do escoamento da produção, o setor agrícola conta com três modalidades de crédito: Custeio, Investimento e Comercialização. Estas modalidades são regidas por normas e políticas de crédito estabelecidas no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil e que devem ser seguidas por todos agentes que compõe o SNCR.

O segundo objetivo tinha como propósito caracterizar o perfil da atividade agrícola no município de Dourados. Observou-se que os produtores da região variam de pequenos, médios a grandes produtores e os principais produtos cultivados no município são soja, milho e arroz. A principal modalidade de crédito rural utilizado no período analisado foi o custeio.

E por fim, o terceiro objetivo era comparar a evolução do crédito rural agrícola no município de Dourados com Mato Grosso do Sul e Brasil, nos últimos seis anos. Os dados apontam que o crédito rural agrícola apresentou uma retração juntamente com a economia geral do Brasil no período de 2015, mas nos anos de 2017 e 2018 voltou a crescer significativamente. Também pode-se analisar que Mato Grosso do Sul corresponde a 3,20% do montante de crédito adquirido no período e que Dourados, por sua vez, representa 8,00% do valor total no estado. Os dados também apontam que nos anos de 2016 para 2017, Dourados teve um aumento de 379,71% na aquisição de crédito para Investimento.

Em suma, o presente trabalho cumpriu com seu propósito e poderá contribuir para o meio acadêmico como referência do desempenho do crédito rural agrícola no município de Dourados, considerando que até o momento não havia estudo científico desse período voltado especificamente para o referido local. Espera-se, no entanto, que o trabalho possa induzir pesquisas com estudos específicos de produtos agrícolas ou de políticas de créditos que possam compreender as particularidades que este estudo se limitou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APROSOJA. **Plantio é concluído e produtor espera safra recorde de soja.** Disponível em: <<http://sistemafamasul.com.br/desataque-home-aprosojams-pequeno/plantio-e-concluido-e-produtor-espera-safra-recorde-de-soja/>> Acesso em 02 de julho de 2018.

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de Economia Rural.** 2. ed. rev. – Chapecó: Argos, 2012.

BACHA, C.J.C.; DANELON, L.; FILHO, E.D.B. **Evolução da taxa de juros do crédito rural no Brasil – período de 1985 a 2003.** Teoria e Evidencia Econômica, Passo Fundo, v12, n.26, p.43-69, maio 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Manual do Crédito Rural – MCR.** Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial:** GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. CALLADO, A.A.C. **Agronegócio.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/pap-2014-2015.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

BRASIL. **Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/pap1718.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

FAGUNDES, Thainni Trindade. **Evolução do Crédito Rural no Rio Grande do Sul:** análise geral e setorial entre 2006 a 2016. 2016. 22 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/2085>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de, **como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica a apresentação do texto final.** / Antônio Macena de Figueiredo e Soraia Riva Goudinho de Souza. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

GALLETI, Aldous Albuquerque. **Crédito rural no Brasil e a sua conjugação com a assistência técnica.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901974000500009> Acesso em 12 de junho de 2018

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Mario Krue. **Credito rural: enfoques da política agraria brasileira**. São Paulo: Nobel, 1974. 181p

GUIMARÃES, Rafael Tavares. **Credito Agrícola no Brasil: Analise dos efeitos dos programas de financiamentos na produtividade**. 2014. 29 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

MACHADO, Evandro Peres. **Análise do crédito rural e PIB agropecuário de Mato Grosso do Sul entre 1999 e 2013**. 2017. 44 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, DOURADOS, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/683>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL MDCR. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural/MICRRURAL/>> Acesso em: 24 de setembro de 2019.

MELLO, C. R. de. **O impacto do crédito rural sobre a produtividade: uma análise para os municípios brasileiros**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul– Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/8856>> Acesso em 28 de junho de 2018.

OCNER FILHO, V. **O papel do crédito rural frente ao crescimento econômico do Brasil**. Revista Pensamento & Realidade, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-31. 2017.

OLIVEIRA, J. J. **O impacto da crise fiscal brasileira dos anos 80 no crédito rural: Mecanismos e instrumentos alternativos de financiamento agrícola**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FGV, 1995.

RAMOS, S.Y.; MARTHA JUNIOR G.B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010.

SEMAGRO – **PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL 2010 – 2016**. Disponível em <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/PIB-MS2010-2016.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2019.

TERRITORIO GRANDE DOURADOS; Disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>> Acesso em: 02 de junho de 2018.